

Eixo Temático

Política Educacional

Título

Programas e Ações da Diretoria de Políticas de Educação Especial da SECADI/MEC: levantamentos preliminares de seu alcance no estado de Alagoas.

Autor(es)

Marilza Pavezi

Instituição

Univrsidade Estadual de Ponta Grossa – PPGE-UEPG

Universidade Federal de Alagoas – UFAL/Campus do Sertão

E-mail

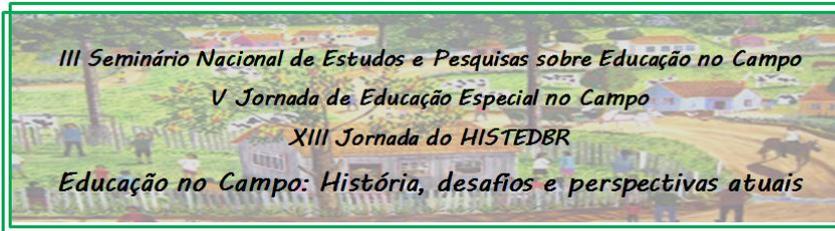
marilzapavezi2009@hotmail.com

Palavras-chave

Política Educacional, Educação Especial, Programas e Ações da DPEE.

Resumo

Neste trabalho apresentamos uma análise preliminar quanto à efetivação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais e o de Formação Continuada de Professores na Educação Especial, sob a coordenação da Diretoria de Políticas de Educação Especial da SECADI/MEC, no estado de Alagoas. Inicialmente esclarecemos o conceito de política, política pública e política educacional que embasa este estudo e nas seções seguintes apresentamos: dados sobre a implementação de salas de recursos multifuncionais no Brasil e no estado de Alagoas; análise da relação entre alunos matriculados na Educação Especial e o número de salas de recursos



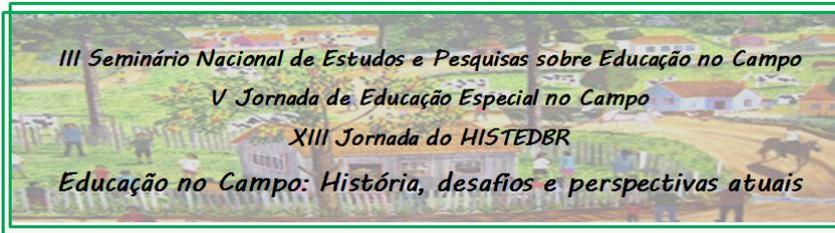
implementadas no Estado de Alagoas entre os anos de 2005 a 2011; discussões a partir de dados sobre a implementação do Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial no estado de Alagoas em contraponto a resultados de pesquisas sobre o tema.

Texto Completo

Introdução

Neste trabalho nos propomos a analisar a efetivação de alguns dos programas e ações da Diretoria de Políticas de Educação Especial da SECADI/MEC no estado de Alagoas, priorizando o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais e o de Formação Continuada de Professores na Educação Especial. Inicialmente esclarecemos o conceito de política, política pública e política educacional que embasa este estudo e nas seções seguintes apresentamos: dados sobre a implementação de salas de recursos multifuncionais no Brasil e no estado de Alagoas; análise da relação entre alunos matriculados na Educação Especial e o número de salas de recursos implementadas no Estado de Alagoas entre os anos de 2005 a 2011; discussões a partir de dados sobre a implementação do Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial no estado de Alagoas em contraponto a resultados de pesquisas sobre o tema.

Para a análise aqui apresentada partimos da concepção de política enquanto forma de atividade ou de práxis humana, ligada ao conceito de poder, que “tem sido tradicionalmente definido como "consistente nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem" (Hobbes) ou, analogamente, como "conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados" (Russell). (BOBBIO, 2002, p. 955). Nesta perspectiva considera-se que nenhuma política é neutra, pois é engendrada a partir de conflitos e correlação de forças em um contexto complexo e multifacetado, definido por condicionantes históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais (BALL, 1997). Espinoza (2009) também destaca que o termo "política" implica a existência de desentendimento ou conflito entre as partes interessadas.



Uma política tem seu caráter público intensificado quando passa a “atender as necessidades de quase todos, da coletividade, acima dos interesses privados, de determinados grupos no poder. (INEP, 2006, p.165) consistindo, portanto, num conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos. (RUA, 1998)

De acordo com Espinoza (2009, p. 03) o conceito de política pública se refere a:

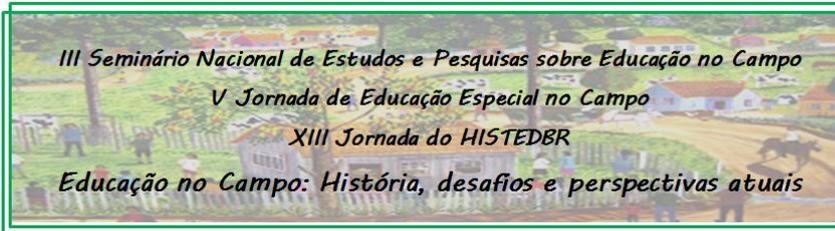
(...)un conjunto de decisiones interrelacionadas que son adoptadas por un actor o grupos de actores políticos que involucran la definición de metas y medios para su logro en el marco de una situación particular. En palabras de Dunn (1994: 70), las políticas públicas son un conjunto de opciones colectivas interdependientes que se asocian a decisiones que adoptan los gobiernos y sus representantes y que se formulan en áreas tales como: defensa, salud, educación, bienestar, previsión social, entre otras.

As políticas públicas, portanto, se pensadas e elaboradas com vistas à redução dos efeitos do desenvolvimento econômico nas sociedades capitalistas, assumem um caráter de política pública social, no entanto, precisamos estar vigilantes ao risco de assumirmos uma visão de que a política é feita para as pessoas. Neste sentido, as pessoas são consideradas beneficiárias das políticas sendo aquelas que as implementam ou aquelas que são afetadas por elas, positiva ou negativamente. Concordamos com Ball (2006) ao afirmar que as políticas colocam problemas para seus sujeitos que precisam, a partir de algum tipo de ação social criativa, construir uma resposta no contexto, que podem se dar de duas formas: “Uma resposta de primeira ordem resulta em colonização (Mclaughlin, 1991). Uma resposta de segunda ordem pode produzir desespero, desafio ou formas ilícitas de escapar das regras.” (BALL, 2006, p. 26)

Todas estas considerações, no entanto, precisam levar em conta a dimensão processual da elaboração das políticas públicas que sofre influências de múltiplos contextos. De acordo com Mainardes (2009, p. 10), isso:

“(…) implica levar em consideração o fenômeno da globalização em toda a sua complexidade, a influência das agências multilaterais, as arquiteturas político-partidárias nacionais e locais, bem como a influência de indivíduos, grupos e redes políticas.”

As políticas educacionais, como integrantes das políticas sociais também resultam destas influências e precisam ser analisadas a partir da multiplicidade de aspectos envolvidos. De acordo com o INEP/MEC (2006, p. 165) elas “fazem parte do



conjunto de políticas públicas sociais, expressão da ação (ou não-ação) social do Estado e que têm como principal referente a máquina governamental no movimento de regulação do setor de educação.”

As políticas educacionais de uma nação, assim como outras políticas sociais, se compõem de uma vastidão de documentos legais, programas, projetos e ações financiados de acordo com o disposto na sua legislação, também dizem respeito “(...) aos valores, aos objetivos e às regras sobre educação que são de interesse da sociedade e decididas por ela; (...) ao que se vai fazer na educação do povo e a como fazê-lo.” (LUCE, 1986 apud MEC/INEP, 2006, p. 166)

Neste trabalho a análise se dará em relação a alguns programas e ações que fazem parte da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e são geridos pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, através da Diretoria de Políticas de Educação Especial – DPEE. Tendo como principal objetivo analisar seu alcance no estado de Alagoas.

Programas e ações da Diretoria de Políticas de Educação Especial – DPEE

A Secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão – SECADI/MEC, visa, entre outros objetivos, promover a educação inclusiva através do desenvolvimento de sistemas de ensino inclusivos e para tanto conta com a Diretoria de Políticas de Educação Especial - DPEE que responde pelos seguintes programas e ações: Programa Escola Acessível; Transporte Escolar Acessível; Salas de Recursos Multifuncionais; Formação Continuada de Professores na Educação Especial; BPC na Escola; Acessibilidade à Educação Superior; Educação Inclusiva: direito à diversidade; Livro Acessível; Prolibras; Centro de Formação e Recursos (CAP, CAS e NAAHS); Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas; Comissão Brasileira do Braille; Principais Indicadores da Educação de Pessoas com Deficiência.

Neste trabalho será analisado o andamento da implementação dos programas Salas de Recursos Multifuncionais e Formação Continuada de Professores na Educação Especial no estado de Alagoas, a partir das informações disponíveis no portal do MEC e resultados de pesquisas.



Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais

Através deste programa é disponibilizado um conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado a fim de atender de forma complementar ou suplementar aos alunos, público alvo da educação especial, matriculados em classes comuns do ensino regular em escolas públicas, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem¹.

Para participar do programa as Secretarias de Educação, municipais e/ou estaduais, devem apresentar sua demanda no Plano de Ações Articuladas – PAR acessando o Sistema de Gestão Tecnológica – SIGETEC para incluir as escolas a serem contempladas. Fica a cargo do sistema de ensino, a disponibilização de espaço físico e do professor para atuar no AEE. É importante esclarecer que o PAR faz parte do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, normatizado pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 e definido em seu Art. 9º como: “(...) o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa o cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes.”

Embora o programa de implantação de salas de recursos tenha sido criado oficialmente em 2007, através da Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007, desde 2005 vinham sendo instalados os kits de equipamentos correspondentes a sala do tipo I. São organizadas e oferecidas atualmente dois tipos de composição da sala de recursos de acordo com as características dos alunos a serem atendidos, conforme especificado a seguir, além de um kit de atualização:

2.3.1. Especificação dos itens da Sala Tipo I: Equipamentos	Materiais Didático/Pedagógico
02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de Numerais I
01 Impressora laser	01 Tapete Alfabético Encaixado

¹

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817 acessado em 08 de junho de 2015.

01 Teclado com colméia	01 Software Alternativa	Comunicação
01 Acionador de pressão	01 Sacolão Criativo Monta Tudo	
01 Mouse com entrada para acionador	01 Quebra Cabeças - seqüência lógica	
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de Associação de Idéias	
Mobiliários	01 Dominó de Frases	
01 Mesa redonda	01 Dominó de Animais em Libras	
04 Cadeiras	01 Dominó de Frutas em Libras	
01 Mesa para impressora	01 Dominó tátil	
01 Armário	01 Alfabeto Braille	
01 Quadro branco	01 Kit de lupas manuais	
02 Mesas para computador	01 Plano inclinado – suporte para leitura	
02 Cadeiras	01 Memória Tátil	

Fonte: BRASIL/MEC, 2010, p. 11

Os outros dois tipos de salas de recursos contêm todos os itens da sala de tipo I, sendo que na sala de tipo II são acrescentados dos recursos abaixo:

Equipamentos e Matérias Didático/Pedagógico
01 Impressora Braille – pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de Mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de Assinatura
01 Kit de Desenho Geométrico
01 Calculadora Sonora

Fonte: BRASIL/MEC, 2010, p. 12

O financiamento deste programa está a cargo do MEC, de acordo com Art 3º da Portaria Normativa nº 13/2007 “ *Os recursos para a implementação das ações previstas nesta Portaria correrão por conta de dotações consignadas anualmente ao Ministério da Educação.*”

De acordo com as informações disponíveis na página do MEC² entre 2005 e 2011 foram implantadas, entre salas de recurso tipo I, tipo II e kits de atualização, um total de 37.801 salas de recurso, conforme gráfico abaixo, e 1.500 kits de atualização.



No estado de Alagoas, o avanço na implementação de salas de recursos vem ocorrendo conforme quadro abaixo:

Ano ► Dependência/Tipo ▼	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Municipal Tipo I	6	8	5	90	190	54	323
Municipal Tipo II			1		2		18
Estadual Tipo I			2	27	25	1	
Estadual Tipo II	1		1	3	2		
Federal Tipo II					1		
Kits de Atualização							34
TOTAIS	7	8	9	120	220	55	375

² <http://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoIndicador/detalhes/pais/secid/2> acessado em 08 de junho de 2015.

Ao final de 2011 o estado de Alagoas contava com 760 salas distribuídas em 97 dos seus 102 municípios, além dos 34 Kits de atualização.

Uma análise da relação Alunos matriculados na E.E./Salas de recursos implementadas no Estado de Alagoas

Considerando que a partir do ano de 2010 todos os alunos público alvo da Educação Especial passaram a ter matrícula tanto em classes do ensino comum em uma das etapas, níveis ou modalidades da educação básica, bem como no AEE em período oposto, ofertado nas escolas de ensino regular ou em instituição especializadas, é importante estarmos atentos à relação entre matrícula na Educação Especial e expansão da oferta do AEE.

O quadro abaixo mostra que, no mesmo período em que foi observada a expansão na implementação das salas de recurso em escolas públicas de ensino regular, as matrículas na Educação Especial também se expandiram, principalmente a partir do ano de 2010 quando a dupla matrícula destes alunos passou a vigorar:

ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Matrícula da Creche ao Ensino Médio, incluindo EJA	6.415	4.190	3.832	5.288	6.113	8.926	11.008
Mat. Creche	0	0	17	25	33	23	47
Mat. Pré escola			473	418	324	328	466
Totais: mat. E.F., E.M. EJA	6.415	4.190	3.342	4.845	5.756	8.575	10.495

Fonte: INEP 2005-2011 (recorte de dados exclusivos da rede pública)

Para analisar a possibilidade de estar sendo, ou não, garantido o direito ao AEE a todos os alunos público alvo da Educação Especial nas escolas da rede pública no

Estado de Alagoas, apresentamos abaixo a relação Alunos da E.E./ Sala de Recursos excluídas as matrículas da creche e pré-escola, por não serem ainda etapas obrigatórias:

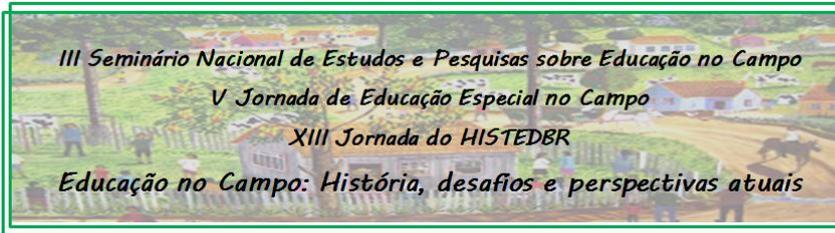
ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Totais: mat. E.F., E.M. EJA	6.415	4.190	3.342	4.845	5.756	8.575	10.495
Totais de Salas de Recurso cumulativo.	7	15	24	144	364	419	760
Proporção: aluno por sala	916,43	279,33	139,25	33,65	15,81	20,46	13,81

Fonte: INEP 2005-2011/MEC³

O que podemos observar é que a relação Alunos da E.E./ Sala de Recursos, principalmente entre 2005 e 2008 foi incompatível com a possibilidade de garantia ao direito do AEE aos alunos matriculados em escolas públicas a partir de sua oferta na própria rede pública. O que pode ter contribuído para a garantia deste direito seria o acesso ao AEE oferecido em instituições filantrópicas do Estado, no entanto não foi possível, no limite deste trabalho, levantar tais dados.

A partir do ano de 2009, os números indicam que, no Estado de Alagoas foi equacionada, quantitativamente, a oferta de AEE na rede pública em relação à sua matrícula na Educação Especial, o que nos possibilita inferir que o direito destes alunos de acesso ao AEE passou a ser garantido. Uma vez que a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, dispõe que o Projeto Político Pedagógico - PPP das escolas de ensino regular devem institucionalizar e organizar a oferta do AEE, a análise destes documentos enriqueceria este estudo. A partir daí seria possível identificar se os alunos público alvo da Educação Especial frequentam o AEE na própria escola ou em outra; quantas horas são previstas para o atendimento de cada aluno, de acordo com o

³ Disponível em:
<http://painel.mec.gov.br/painel.php?modulo=principal/detalhamentoIndicador&acao=A&detalhes=pais&id=1596> acessado em 21/07/2015



estabelecido em cronograma; detalhes do planejamento de atividades para cada aluno segundo suas necessidades; presença de professores e outros profissionais capacitados e na definição de redes de apoio tanto em relação a atuação profissional, formação, pesquisa, acesso a recursos, serviços e equipamentos com intuito de maximizar o AEE. (BRASIL, MEC/DPEE 2010, p. 07)

Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial

Diante do avanço na implementação de Salas de Recursos Multifuncionais e da matrícula compulsória dos alunos, público alvo da Educação Especial nas salas de aula do ensino regular, a necessidade de capacitação tanto dos professores que vão atuar no AEE como dos que atuam com estes alunos nas classes comuns se torna urgente. O objetivo anunciado pelo programa “Formação Continuada de Professores em Educação Especial” é apoiar a formação continuada destes professores a partir da parceria com Instituições Públicas de Educação Superior, ofertando cursos de aperfeiçoamento e especialização tanto à distância através da UAB, como presencial e semipresencial pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Básica – RENAFOR.

As ações deste programa podem ser consideradas estratégias do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica - PARFOR, instituída através do Decreto nº 6.755/2009 (BRASIL, 2009) que resultou da ação conjunta entre o Ministério da Educação, instituições públicas de educação superior (Ipes) e secretarias de educação dos estados e municípios, estabelecendo um novo regime de colaboração entre a União com os estados e municípios. A oferta de formação proposta no PARFOR abrange: cursos regulares existentes de primeira licenciatura na modalidade presencial; cursos regulares existentes de primeira licenciatura na modalidade à distância; cursos especiais emergenciais de primeira licenciatura; cursos presenciais especiais de segunda licenciatura e cursos especiais de formação pedagógica.

No estado de Alagoas, de acordo com as planilhas de vagas do PARFOR, a oferta seria a seguinte:

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

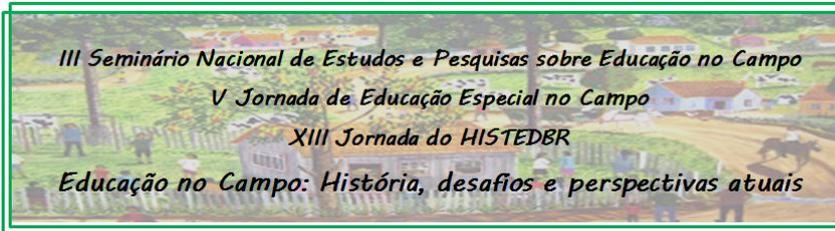
TIPO DE FORMAÇÃO	MODALIDADE	IES	VAGAS 2009	VAGAS 2010	VAGAS 2011	TOTAL
1ª LICENCIATURA	À DISTÂNCIA	UFAL	800	4.890	4.800	10.490
1ª LICENCIATURA	À DISTÂNCIA	UNEAL	0	450	700	1.150
1ª LICENCIATURA	À DISTÂNCIA	IFAL	0	1.600	1.500	3.100
Total de vagas 2009-2011 em Alagoas						14.740

O que podemos verificar a partir destes dados é que até o ano de 2011 o estado de Alagoas ainda buscava oferecer formação inicial a professores em exercício na modalidade à distância, através da Universidade Aberta do Brasil (UAB), o que nos leva a inferir que ainda era alto o número de professores atuando na educação básica sem a formação necessária.

Este cenário pode ser compreendido a partir de um levantamento quanto à oferta de ensino superior em Alagoas, que teve como primeira instituição pública a oferecer este nível de ensino a UFAL - Universidade Federal de Alagoas, fundada em 1961. A partir de 1970, a Fundação Educacional do Agreste Alagoano, uma instituição privada, passou a oferecer ensino superior. Em 2006, foi reestruturada e tornou-se a UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas. Além destas duas instituições que foram as pioneiras na oferta de ensino superior o estado também conta com a Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), que iniciou sua história como Escola de Ciências Médicas de Alagoas – ECMAL – em 1968, com o curso de medicina, passando à condição de Universidade, através da Lei nº 6.660, de 28 de dezembro de 2005. Em 2008, através da Lei nº 11.892/2008 foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, também denominado Instituto Federal de Alagoas – IFAL. As instituições públicas de ensino superior, no entanto, atendiam e ainda atendem intimamente as demandas da capital e do agreste tendo se expandido para o sertão apenas em 2010 com um campus da UFAL.

Concomitantemente à oferta realizada por estas instituições, o estado conta com a presença de 26 IES particulares atuando tanto no ensino presencial como à distância.

De acordo com Correia; Medeiros e Santos (2010, p. 08):



Ao mesmo tempo em que a LDB 9394/96 institui como formação mínima para o trabalho docente a licenciatura e prevê no plano decenal da educação a extinção do curso normal, no Estado de Alagoas, devido a carência de professores e o difícil acesso a formação, é possibilitado a permanência do Curso Normal/Médio, onde ainda não existam condições de formação de nível superior de todos os profissionais necessários à Educação Infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental. O que vem a ser uma decisão contraditória uma vez que o Estado tem que possibilitar meios para tal formação em nível superior.

Alguns estudos vêm sendo realizados no estado de Alagoas sobre formação de professores para a educação especial. Na investigação realizada por Fumes; Calheiros; Mercado; Silva e Barbosa (2014, p. 85) quanto à formação continuada de professores de salas de recursos em Maceió concluiu-se que este processo precisa ser reformulado para superar problemas como a descontinuidade no processo formativo, para o que os pesquisadores destacam “a necessidade de uma efetiva articulação entre o processo de formação e a reflexão transformadora da ação docente.”, deixando de ser pensada de uma forma pontual e isolada.

Outro estudo discute a formação docente voltada para a educação inclusiva no município de Palmeira dos Índios/AL, em que os autores Silva; Nobrega; Alves Filho e Nascimento (2013, p. 08) verificaram a existência de iniciativas importantes, no entanto, assim como no trabalho citado anteriormente, estas são pontuais e pouco articuladas, o que pode ser resultado da ausência de uma cultura de formação no município. Os autores anunciam a necessidade de articulação entre os sistemas de ensino para organizar “programas de formação de educadores que contemplem os saberes e práticas inclusivas.”

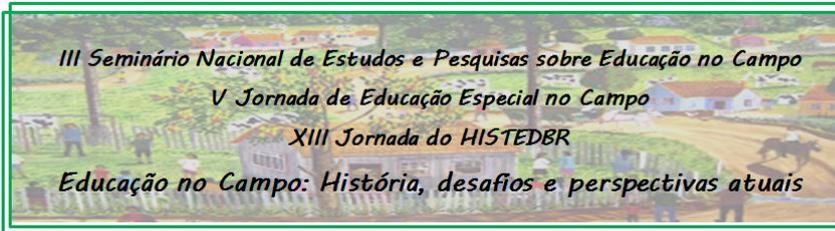
Considerando que as Salas de Recursos Multifuncionais são, nas escolas públicas, o espaço apropriado para o AEE, destacamos os resultados de algumas análises quanto à formação de professores para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC presentes nestas salas. Os autores Bataliotti, E. S. ; Rios, G. A. e Batista, C. P. (2013) abordam resultados de estudos em âmbito nacional sobre o uso das TIC na educação especial e destacam as seguintes conclusões a que chegaram tais estudos: a importância de inovações nas estratégias pedagógicas e a necessidade de uma aproximação do professor com o mundo tecnológico para inseri-lo satisfatoriamente na atuação em sala de aula; embora muitas escolas já utilizam as TIC, e consideram este



recurso importante, o uso da internet e do computador ainda é baixo, mas vem crescendo gradualmente; a necessidade de formação de professores e profissionais que saibam lidar com as TIC; a utilização das TIC como recursos mediadores ou facilitadores na educação do aluno surdo e concomitantemente na construção do processo do conhecimento; a TIC como um recurso “empoderador” para as pessoas com Paralisia Cerebral - PC, ou para qualquer deficiência, mostrando que elas são capazes de construir e produzir o conhecimento; a mudança da visão instrucionista pela construcionista, proporcionada pela TIC. Concluem que todas as pesquisas analisadas sugerem enfaticamente a necessidade de formação de professores e profissionais que saibam trabalhar com as TIC, para que os equipamentos não fiquem inutilizados, engavetados e lacrados nas estantes das escolas. E ainda salientam que muitos professores desconhecem quais são os recursos e materiais disponíveis, como também o funcionamento destes.

Outra pesquisa realizada no estado do Paraná, por Bortolozzo, A. R. S.; Cantini, M. C.; Alcantara, P. R. (2006), ambos assessores de tecnologia na educação do estado do Paraná, levantou dados referentes ao uso das Tecnologias da Informação e comunicação (TICs) pelos professores que atendem alunos com necessidades educacionais especiais em instituições de ensino de dezenove cidades do estado. De acordo com os autores, foi possível perceber que as TICs são ainda pouco utilizadas com alunos com necessidades educacionais no Estado do Paraná, constatando-se que isso se dá principalmente pela falta de recursos tecnológicos nas escolas e pela deficitária formação do professor em como utilizá-las pedagogicamente. Os autores ainda recomendam a proposição de projetos que venham fortalecer e promover a formação continuada aos professores para a utilização dessas TICs como estratégias de aprendizagem significativas e adequadas às necessidades educacionais de nossos alunos público alvo da educação especial.

Diante do exposto consideramos que a implementação dos programas abordados, sob a coordenação da Diretoria de Políticas de Educação Especial – DPED/SECADI/MEC, ainda não vem realizando seus objetivos no estado de Alagoas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S.J. **Education Plc: understanding private sector participation in public sector education**. London: Routledge, 2007.

BATALIOTTI, E. S. ; RIOS, G. A. e BATISTA, C. P. **A perspectiva de pesquisas sobre o uso das TIC na educação especial**. Seminário Internacional Inclusão em Educação: Universidade e Participação na contemporaneidade. Rio de Janeiro, UFRJ, 2013.

BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 12. ed. Brasília: Editora da UNB, 2002. v. 2.

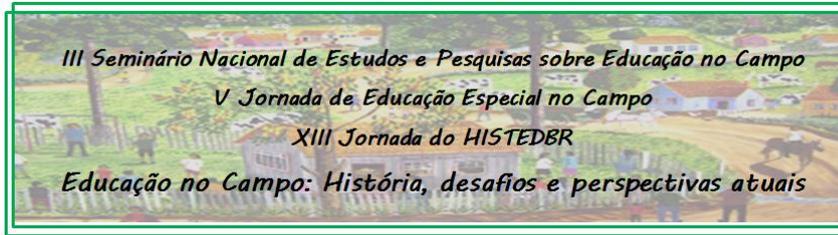
BORTOLOZZO, A. R. S.; CANTINI, M. C.; ALCANTARA, P. R. **O uso das TICs nas necessidades educacionais especiais (uma pesquisa no estado do Paraná)**. Curitiba, Educere, PUC-PR, 2006.

BRASIL. **Decreto Presidencial n. 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados. Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr. 2007a.

_____. **Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

_____. **Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a criação do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais". Diário Oficial da União, 26 de abril de 2007.



_____. Ministério da Educação. CNE/CEB. **Resolução nº 04 de 02 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério da Educação/SEESP. **Manual de Orientação: Programa de implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília, DF, 2010.

Correia, E. S. A.; Medeiros, J. S.; Santos, I. G. **Formação de professores e políticas públicas em Alagoas**. Maceió, V EPEAL, UFAL, 2010.

ESPINOZA, O. Reflexiones sobre los conceptos de “política”, políticas públicas y política educacional. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 17, n. 8, p. 1-10, abr. 2009. Disponível em: <<http://epaa.asu.edu/epaa/v17n8>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

FUMES, N. L. F. ; CALHEIROS, D. S. ; MERCADO, E. L. ; BARBOSA, M. O. ; SANTOS, S. D. G. A formação continuada de professores de salas de recursos multifuncionais do município de Maceió/AL. **Teias** (Rio de Janeiro. Impresso), v. 15, p. 71-87, 2014.

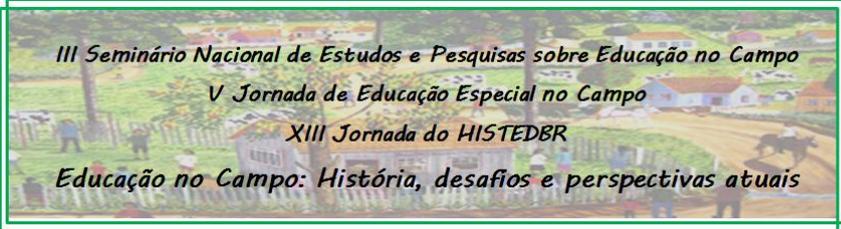
INEP/MEC. **Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário**. vol. 2 / Editora-chefe: Marília Costa Morosoni. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

MAINARDES, J. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos** (UNIVALI), v. 9, p. 4-16, 2009

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009. 130 p.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133 p.

SILVA, L. R. ; NÓBREGA, Danielle Oliveira da ; ALVES FILHO, A. ; Nascimento, Sueli Maria . **Política para educação inclusiva e formação docente: reflexões de uma pesquisa-ação**. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2013, São Luiz/MA. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a exploração, 2013.



www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015





**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**

